

OS SERINGUEIROS E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE  
NA ÁREA DE INFLUENCIA DO PMACI (+)

Mary Helena Allegretti (++)

Introdução

O PMACI (Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas) resultou do cumprimento de uma das cláusulas do empréstimo concedido em 1985 pelo BID ao Brasil, no valor de US\$58,5 milhões, para a pavimentação da Br 364 no trecho Porto Velho - Rio Branco e para medidas de proteção ambiental e demarcação de territórios indígenas na área sob influência da rodovia.

Exigências desse teor por parte de bancos multilaterais como BIRD e BID, inseridas como pré-requisitos ao desembolso de recursos para a implantação dos chamados "grandes projetos" precisam ser entendidas tanto sob o ângulo dos efeitos esperados e desejáveis sobre o mercado de terras quanto no contexto da política interna dos Estados Unidos. Demarcar áreas indígenas permite a liberação para o mercado das parcelas circundantes, regularizando o mercado de terras. (Conf. ALMEIDA, Alfredo W.B.de, 1984). Há, portanto, um efeito econômico imediato e racional para uma exigência como essa. Mas esse aspecto não esgota a questão.

Uma intensa discussão ocorreu no interior do Banco

(+) Texto apresentado ao GT SERINGUEIRO/PMACI em 30.06.87  
(++)Antropóloga, Presidente do Instituto de Estudos Amazônicos.

Mundial, nos últimos anos da década passada, a respeito das consequências que o asfaltamento da Br 364, no trecho Cuiabá/Porto Velho traria sobre grupos indígenas sem contato e a necessidade de serem revisados os conceitos definidos pelo Banco em torno do desenvolvimento de áreas não incorporadas ao mercado e dos efeitos sobre o meio ambiente que tais financiamentos estavam produzindo.

Essa discussão assumiu um caráter público através da ação de entidades ambientalistas norte-americanas junto ao Congresso dos Estados Unidos, especificamente junto às Comissões de Apropriação do Senado e da Câmara, onde se dá a aprovação de verbas norte-americanas para os bancos.

O Projeto POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial para pavimentação da rodovia no trecho Cuiabá/Porto Velho, trazia também exigências de demarcação de territórios indígenas e seu desembolso chegou a ser suspenso, em 1983, pelo não cumprimento, por parte do governo brasileiro, dessas exigências.

Em 1985 os ambientalistas norte-americanos conseguem a aprovação pelo Congresso de uma Resolução (465) que modifica a política americana de financiamento dando ênfase à questão ambiental, à participação de organizações não-governamentais nas negociações e apoio aos projetos de pequena escala.

Pressionado pela opinião pública, que elegeu o POLONOROESTE como exemplo de "desastre ecológico e social", em janeiro de 1985 o representante norte-americano no BID se abstém de votar na solicitação de empréstimo para dar continuidade ao asfaltamento da Br para o Acre, justificando que o projeto de desenvolvimento era inadequado e que medidas de proteção ao meio ambiente e aos indígenas precisavam ser garantidas. Essa posição reduziu em US\$14,5 milhões o valor do empréstimo.

O conceito que sustenta essa campanha nos Estados Unidos é o da "responsabilidade do cidadão contribuinte",

na medida em que parcela dos recursos aplicados pelos bancos tem origem na arrecadação tributária. Consideram-se, portanto, co-responsáveis pelos êxitos e fracassos dessa política e assumem a fiscaliação direta e indireta dos efeitos dos empréstimos.

É nesse contexto que se desenvolve a polêmica em torno do asfaltamento da Br para o Acre e do cumprimento pelo governo brasileiro das cláusulas contratuais previstas no empréstimo. Não são isso. Busca-se demonstrar aos órgãos governamentais e também ao banco a necessidade de se levar em consideração a existência de outro segmento populacional que será afetado pela estrada - os seringueiros.

Em outubro de 1985, por ocasião do Encontro Nacional dos Seringueiros, o IPEA foi convidado a apresentar a proposta do PMACI e os seringueiros reivindicaram participação na elaboração das propostas, sugestão aceita pela Coordenação do Grupo de Trabalho. Em dezembro do mesmo ano e em março do ano seguinte foram apresentadas duas propostas de pesquisa para caracterizar áreas extrativistas sob influência da estrada. ~~Em ...~~

Em janeiro deste ano uma comissão formada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União das Nações Indígenas/Norte solicitou uma audiência ao Coordenador do GT/PMACI na qual expressou sua principal preocupação: o ritmo acelerado das obras da estrada e a ausência de medidas voltadas para a demarcação das áreas indígenas e a proteção ao meio ambiente. Não obtendo respostas concretas, a comissão resolveu estabelecer um contato direto entre a comunidade afetada pela estrada e o BID, o que ocorreu em março deste ano, com a ida de Francisco Mendes Filho à reunião anual do banco em Miami.

Dois efeitos importantes derivaram dessa iniciativa: criou-se o GT-SERINGUEIRO no âmbito do PMACI e aumentou a pressão do BID sobre o governo brasileiro estabelecendo um prazo para a execução do PMACI (60 dias), ou o empréstimo poderá ser suspenso.

O texto apresentado a seguir parte desse contexto e pretende ser uma contribuição aos trabalhos do GT SERINGUEIRO. Defende a tese de que proteção ambiental na área de influência da rodovia em construção significa a garantia de permanência desta população nas áreas nas quais vivem atualmente como posseiros e ameaçados de expulsão.

#### A relação dos seringueiros com o ambiente

O principal equívoco do PMACI foi não considerar em seu Plano de Ação Preliminar o significado econômico, social e histórico dos seringueiros na Amazônia Ocidental. Em consequência disso, adotou um conceito de 'proteção ambiental' genérico sem estabelecer relações entre a atividade exercida por essa população na floresta e a conservação dos recursos naturais.

As referências feitas no documento aos seringueiros são esparsas e desconectadas. Afirma-se que o território do Acre já está ocupado por uma população que para lá migrou do Nordeste e que este fato explica os conflitos em torno da terra ali existentes; mas toma-se esse fato como se fosse pertencente ao passado. Confunde-se a figura do seringueiro com a do seringalista ao afirmar que o primeiro vende suas terras, em função de dívidas contraídas, quando isso ocorre com o segundo. Refere-se a esta população como sendo assalariada, o que não corresponde à realidade do aviação.

Outra observação relacionada com os seringueiros está na proposição de se criar um sistema de Postos Florestais visando promover o uso racional dos recursos naturais renováveis e o fortalecimento de uma cultura florestal para a população de seringueiros e castanheiros, desconhecendo a forma como isso se dá na realidade.

O conhecimento mais profundo da situação dos seringueiros aparece no tópico de estudos e levantamentos comple-

mentares para se conhecer a questão da borracha nativa, buscar uma solução para os seringais e fazer um levantamento das condições de vida dos seringueiros. Destina-se para este estudo a quantia de Cz\$500 mil alocados no item Imprevistos e Reserva Técnica. Também o IBDF propõe um estudo da castanha, madeira e borracha nativa visando documentar o papel destes produtos na economia regional.

O problema conceitual subjacente a este documento refere-se ao desconhecimento da realidade regional (bibliográfico ou de campo) sobre a qual se dá a elaboração de uma proposta de ação. Todo o documento expressa isso, ou seja, uma metodologia que não considera a existência de relações econômicas e sociais dadas sobre as quais será feita uma interferência. O que existe é tratado como residual e não como substantivo para iniciar um processo de planejamento na região.

Em termos genéricos esse equívoco não traz grandes conseqüências teóricas ou empríricas, uma vez que o levantamento de dados e as pesquisas de campo vão corrigindo os vazios deixados pela formulação inicial. Não é o caso, porém, deste projeto.

O projeto visa o estabelecimento de medidas de proteção ambiental na área de influência da estrada. Essas medidas, normalmente, são conceituadas segundo dois níveis de abrangência - aquelas decorrentes da própria obra e as indiretas, decorrentes das modificações econômicas e sociais que uma obra desse tipo desencadeia em um determinado espaço. O que torna a situação crítica é o fato de que o projeto pretende estabelecer medidas de proteção ambiental sobre uma área na qual predominam atividades florestais de tipo extrativista, marcadamente não predatórias e desenvolvidas por uma população a ela adaptada no decorrer dos últimos cem anos de ocupação.

Ou seja, não se trata de uma formulação genérica e vaga a respeito da proteção ambiental. Mas sim uma constatação preliminar a respeito do fato de que não se pode pensar em proteção ambiental sobre esse tipo de área sem considerar que, de

uma forma ou outra, ela já está sendo feita por um dos segmentos sociais com o qual o projeto pretende se relacionar.

Vários são os fatores que apontam para uma utilização peculiar dos recursos naturais no âmbito da Br 364, especialmente naqueles espaços nos quais ainda estão sendo exploradas as atividades da extração e transformação do látex e coleta da castanha.

1. A atividade de extração do látex e coleta da castanha se dá sem que seja necessário destruir a espécie para se chegar ao produto final. Em decorrência disso, o valor econômico da atividade está na mata e no tipo de produto que ela oferta e a sua conservação é condição primeira de exercício da atividade. Sob esse aspecto, o desmatamento é a expressão clara da mudança no valor econômico da floresta; é a terra em si e a madeira que se constituem em atividades lucrativas, ou seja, a área desmatada. A taxa de desmatamento pode se constituir em interessante classificador dessa mudança no modelo de desenvolvimento da Amazônia a partir da década de 60.
2. A perda do valor econômico dos produtos florestais produziu algumas modificações importantes nesse sistema. A sobrevivência passou a depender da inter-relação entre diferentes atividades, da utilização complementar de outros produtos florestais e da organização de um sistema diversificado de extração, coleta, caça, pesca, agricultura de subsistência, fabricação de utensílios, etc. Ou seja, gerou-se na Amazônia uma economia florestal que permite a sobrevivência na medida em que se conserve o ecossistema como um todo e não apenas algumas de suas espécies.
3. Uma utilização também peculiar do espaço deriva desse tipo de economia. Uma clareira na mata significa o local da moradia. Desmata-se aquilo que é suficiente para que a mata não fique muito perto da habitação e para que seja possível realizar pequenos cultivos e o espaço é formado de pequenos caminhos traçados dentro da floresta, a partir dos quais e

sobre os quais se dá a atividade produtiva. É difícil perceber o tipo de ocupação que essa atividade gera na medida em que não está baseada em núcleos populacionais adensados, mas na dispersão de unidades familiares conectadas entre si por pequenos igarapês ou por pequenos 'varadouros'.

4. As espécies florestais nativas das quais se serve essa população para obter a sobrevivência não estão dispostas no espaço de forma planejada como no cultivo tradicional. Estão aleatoriamente espalhadas. Isso significa que um conjunto de critérios necessários à sobrevivência nestas condições, são gerados. Espaços individuais se entrelaçam com outros que são comuns. Migrações sazonais levam parcelas dessa população para regiões distantes. Espécies que se concentram em áreas bem delimitadas do espaço e que têm utilidade na alimentação ou na confecção de objetos precisam ser localizados e conservados como uma espécie de reserva de recursos.

Em síntese, os grupos sociais que se utilizam da floresta para sobreviver, a conservam não porquê entendem o papel que esse ecossistema desempenha na reprodução da vida no planeta como um todo. Mas simplesmente porquê da reprodução desse sistema depende a reprodução da vida social. Ou seja, protegem a floresta porque ela é, para eles, o recurso produtivo principal.

Realizar um programa de proteção ambiental na área de influência de uma estrada que irá alterar esse sistema sinteticamente descrito acima significa, antes de mais nada, tomar essa realidade como ponto de partida. Considerar que essa relação entre grupos sociais e meio ambiente está consolidada, sofrerá modificações pela ação da estrada e precisa ser conhecida e compreendida previamente à decisão das medidas de proteção que serão tomadas.

## A viabilidade da atividade desenvolvida pelos seringueiros

Um dos argumentos que é sempre utilizado para contradizer as observações feitas acima e que leva a um certo descrédito na viabilidade a curto e médio prazo desse sistema de exploração da floresta é referente à baixa rentabilidade e alto custo de produção de um dos principais produtos oriundos da floresta amazônica, a borracha.

Realmente, a atividade extrativa de borracha vegetal não resiste a uma análise mais precisa que relacione custos de produção daquela oriunda dos seringais do Sudeste Asiático, e a da região amazônica. A SUDHEVEA afirma que a diferença entre ambas é de mais ou menos 2,5 pontos. A forma através da qual essa atividade tem se mantido através do tempo é a garantia de preços estabelecida oficialmente e que protege o preço do produto brasileiro, contra a pressão dos produtores de artefatos de borracha que gostariam de ver o mercado livre e utilizar o produto importado sem restrições.

No entanto, a questão não é tão simples. Essa situação perdura desde a década de 40, continua sendo mantida hoje e não deverá ser alterada em breve. Alguns fatos suportam essa decisão: o Brasil não é auto-suficiente em borracha, a demanda não pára de crescer, a importação implica em remessa de divisas e as áreas nas quais se produz a borracha são regiões de fronteira, afetas portanto à segurança nacional.

Um relatório recentemente concluído, realizado pelo MIC, sobre a cultura da seringueira, sintetiza assim a situação: "...os seringais implantados na Amazônia, especialmente após o quinto ano, ou estão com desenvolvimento precário, não devendo entrar em sangria no tempo previsto, dificilmente proporcionando uma produção econômica, ou já se encontram irremediavelmente comprometidos...A produção dos seringais nativos representa, ainda hoje, 80% da produção nacional...Existe tecnologia disponível que, se utilizada, resultará em aumento no mínimo de 40% na produção dos seringais nativos." Recomenda

a comissão "uma revisão nos aspectos social, fundiário e a definição de novas alternativas econômicas para a fixação dos seringueiros nas áreas atuais de produção." (MIC, 1986) Além disso, a produção advinda dos seringais de cultivo de outras regiões do país, especialmente de São Paulo e Mato Grosso, não afetarão o mercado nos próximos dez anos, de forma decisiva.

Mas nenhuma questão é econômica por si só. A manutenção dessa política de subsídio expressa a capacidade da classe seringalista da Amazônia de manter inalterado, em nome da crise social que uma modificação dessa situação poderia gerar, uma situação excepcional criada no contexto da Segunda Guerra.

Apesar da manutenção desta política, grandes modificações ocorreram, durante este tempo, na estrutura de produção da borracha nativa. A mais importante foi o repasse, para os seringueiros, dos custos de produção do seringal nativo, tornando-se o tradicional seringalista, um intermediário na comercialização do produto extrativo e dos produtos industrializados de consumo. Além disso, o surgimento do seringueiro autônomo - especialmente nas áreas nas quais quebrou-se o monopólio da comercialização, demonstrou uma realidade até então não considerada: a de que os seringueiros se transformaram nos verdadeiros produtores de borracha, sem serem reconhecidos, nessa posição, pelas políticas desenvolvidas para o setor.

A análises feitas pela SUDHEVEA não consideram a existência desse produtor. Em função disso, nunca houve uma política que considerasse a real situação da produção da borracha nativa, os custos de produção, nem foram introduzidas tecnologias existentes para aumentar a produtividade, diminuir a jornada de trabalho e melhorar o nível de renda.

Não se pretende a auto-suficiência do Brasil em borracha através dos seringais nativos. Pretende-se a adoção de uma política de transição, adaptada ao produtor - o seringueiro - que leve em consideração sua peculiaridade e que equacione um problema social que tende a se agravar.

## O papel do Estado frente à atividade extrativa

O interlocutor escolhido pelo Estado para tratar as questões relacionadas com a borracha nativa tem sido sempre o seringalista. E este sempre falou em nome do seringueiro, usando um poder de representação que nunca lhe foi outorgado.

Os seringalistas tradicionais estabeleceram uma espécie de mercado cativo de mão-de-obra, em condições de semi-escravidão, situação que ainda hoje prevalece em várias regiões da Amazônia. Não implantaram escolas, não criaram um sistema de atendimento médico, monopolizaram o sistema de comercialização de mercadorias e sempre impediram a livre circulação dos trabalhadores.

Quebrar com essa situação também não é uma tarefa fácil. Quando os seringueiros se reúnem, apoiados pelos sindicatos rurais ou pelas comunidades de base, os que ali estão representados são os que não estão endividados, porque estes não podem circular. Essa situação impede que se tenha uma dimensão aproximada do significado quantitativo dos seringueiros 'livres' e dos 'cativos'.

O resultado, projetado no tempo, dessa situação, foi uma espécie de ocultamento/esquecimento/anulação da condição de existência de todo um segmento da sociedade amazônica que só recentemente começou a ser quebrado. Foi preciso criar uma situação até certo ponto artificial - o Encontro Nacional em Brasília - gerado por pessoas de fora da região, para que fosse dado o primeiro passo nessa direção.

Decorre daí que os seringueiros enquanto categoria não dispõem de poder político nem de capacidade de pressão sobre os órgãos públicos para ver suas demandas atendidas. Ao contrário, precisam primeiro demonstrar que existem, depois, que nunca tiveram acesso a políticas sociais básicas e, por último, desenvolver uma intensa campanha para obter resultados para uma situação que requereria intervenções urgentes e estruturais.

Decorre daí a ausência de informações sistematizadas sobre essa população, em termos mais simples: número, idade, sexo, localização, tipo de atividade, renda concentração populacional, hábitos alimentares, cultura, etc. Pesquisas localizadas começam a ser feitas e produzidas. Mas ninguém fez, até agora, um diagnóstico global. E nenhum órgão público assume essa responsabilidade porque ninguém tem para si a tarefa de gerar programas para esse segmento populacional. A SUDHEVEA, na medida em que considera o seringalista como o produtor de borracha, organiza seus dados a partir dessa ótica e desconhece a existência do seringueiro.

#### 0 conceito de Reserva Extrativista

A criação de Reservas Extrativistas nas áreas ocupadas pelos seringueiros é a proposta por eles elaborada e tem como objetivo solucionar a instabilidade na qual vivem hoje e apresentar alternativas para o desenvolvimento da região. Os principais elementos desse conceito estão no trabalho em anexo (ALLEGRETTI, 1987). Vou sintetizar, aqui, observações a respeito dos pontos mais polêmicos da proposta.

1. As Reservas Extrativistas (REx) não poderão se sustentar economicamente sô em torno da borracha, embora este seja o produto que pode dar origem a elas e sustentá-las durante um período inicial. Pesquisas já existentes sobre outros produtos florestais e suas possibilidades de comercialização deverão servir de subsídios para a introdução de novas atividades.
2. As REx constituem-se em uma crítica contundente ao sistema de colonização precominante até hoje na Amazônia. Não serão implantadas com base na divisão arbitrária de lotes individuais nem requerem a implantação de uma infra-estrutura artificialmente transposta para o interior do país. O que

os seringueiros almejam é melhoria das condições de vida, introdução de elementos essenciais de conforto e modernização sem descaracterizar o modo como sempre viveram, ou seja, sem destruir a floresta e os equipamentos atualmente existentes para colocar outros, artificiais, em seu lugar.

3. Isso significa que o conceito de progresso e de desenvolvimento precisa ser revisto para se pensar o significado do desenvolvimento da floresta, com sua especificidade. Esse é um desafio à tecnologia, aos programas de infra-estrutura, de serviços sociais, de sistema viário, etc sendo um bom campo de aplicação para pesquisas pioneiras.
4. Não se pode esperar dos seringueiros um tipo de participação, na gestão deste programa, semelhante àquele que ocorre em outras comunidades rurais e urbanas. O tipo de sociabilidade gerado nos seringais tem suas especificidades. As relações sociais tradicionais nos seringais estão marcadas pela individualidade do processo produtivo. Não existe divisão de trabalho na produção do látex. Este fato gera um tipo de participação social diverso daquele que se conhece como padrão para a área rural. Essas características deverão ser consideradas na implantação das REX.
5. O fato de não existirem informações sistematizadas sobre a forma como estas comunidades extrativistas estão organizadas em sua diversidade interna - decorrente da diversidade de recursos disponíveis e utilizáveis - torna necessária a realização de estudos especiais, multi-disciplinares, com metodologia especial, para que se consiga identificar com clareza as formas de funcionamento de cada unidade.
6. Não existe experiência acumulada seja nos órgãos públicos, nas universidades ou centros de pesquisa a respeito da complexidade que implica o manejo simultâneo de recursos naturais com o atendimento das necessidades de agrupamentos

humanos. Isso significa que é preciso, antes de tudo, identificar com precisão as relações atualmente existentes, seus condicionantes históricos, sociais, econômicos, culturais, a potencialidade dos recursos ali predominantes, para que seja possível buscar um novo ordenamento, superior ao atualmente existente.

#### O papel do PMACI, do IEA e do CNS

Não somos favoráveis ao cancelamento dos recursos do empréstimo feito pelo BID ao Brasil e que deu origem ao PMACI. Achamos necessário um maior poder de decisão por parte da coordenação e consideramos urgente a necessidade de serem tomadas medidas de proteção aos territórios indígenas e dos seringueiros se não se quer repetir os erros do POLONOROESTE.

A ausência do Estado nas regiões mais distantes da Amazônia, especialmente nos seringais, trouxe alguns benefícios para essa população: não estão atrelados e dependentes das decisões dos órgãos públicos. Agem, geralmente, por conta própria. Assim tem sido para resolver seus problemas básicos de garantia nas posses (através dos 'empates'), de educação (através do Projeto Seringueiro) e de saúde (através dos Agentes de Saúde, localizados nas colocações dos seringueiros).

Esta experiência permite que seja criado um outro conceito referente às relações entre as comunidades e os órgãos governamentais. Entendemos que cabe ao poder público responder às demandas da sociedade, sem tutela e sem controle. O objetivo de um programa e da atuação técnica deve ser o de tornar, a médio prazo, dispensável a presença do governo. Isso cria a necessidade de um nível maior de eficiência e rapidez e significa priorizar os objetivos do ponto de vista da população com a qual se trabalha.

No caso da criação de Reservas Extrativistas, esse conceito é claro: cabe a cada órgão público exercer o papel espe-

cífico para o qual tem competência (fundiária, sanitária, educacional, etc). Não cabe a nenhum, mas sim à própria comunidade, a coordenação sobre o processo como um todo. Na medida em que forem demandados, os órgãos públicos deverão dar sustentação técnica às demandas socialmente originadas.

É de acordo com essa concepção que o Instituto de Estudos Amazônicos desenvolve seu trabalho junto aos seringueiros. Nosso papel é o de viabilizar o acesso aos setores do governo que podem responder, de acordo com suas competências específicas, demandas formuladas por eles. Cabe a nós, também, dar expressão técnica e buscar alternativas para os problemas por eles identificados como prioritários.

Mas na medida em que hoje existe o Conselho Nacional dos Seringueiros como órgão representativo dos interesses desse segmento social, o IEA está buscando conectar os problemas da Amazônia com o conjunto da sociedade brasileira. Essa é a razão pela qual estamos localizados no sul do país. Entendemos que é ali que se forma a opinião pública na nossa sociedade, assim como é ali que estão concentrados os principais interesses econômicos contrários à Amazônia.

Coerentes com nossos propósitos e considerando as dificuldades enfrentadas até o hoje pelo GT PMACI para concretizar seus objetivos, entendemos que será necessário que consiga demonstrar a efetividade de seus programas, de maneira rápida e emergencial, dado o avanço da estrada, para que consiga exercer o papel que lhe compete oficialmente. Caso isso não ocorra estará restringindo sua atuação à geração de informações sobre a realidade regional, certamente importantes se forem apropriadas pelos órgãos governamentais estaduais. O que se espera, com atenção, é que, especialmente o GT SERINGUEIRO, possa contribuir na gestação de um programa especial para esse grupo social, não concluindo sua função na produção de informações para os próprios membros do GT a respeito de uma realidade até então desconhecida para a maioria deles.

# PMACI define plano provisório de prioridades para as áreas indígenas

Um relatório único de propostas aos órgãos federais e ao governo do Estado foi o resultado prático das discussões realizadas em torno do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas na semana passada em Rio Branco. As propostas do Acre para o Grupo de Trabalho do PMACI foram levadas para Brasília pelo representante do Estado no Plano, Marco Antonio Mendes, enquanto as sugestões para integrar o Projeto ambiental do governo Flaviano Melo continuam sendo trabalhadas por quatro grupos de estudos que se reunirão todos os dias desta semana na Secretaria Estadual de Planejamento.

De acordo com o jornalista Antonio Alves, que estreitou ontem na Secretaria de Planejamento como responsável pelos trabalhos de detalhamento das propostas de ação para o governo estadual, "o ponto principal do estudo realizado na semana passada é que os órgãos federais têm que cumprir o mais urgente possível com o plano provisório de ação do PMACI, que consiste na realização de estudos e demarcação de várias áreas indígenas. Só assim é que o Estado vai poder começar a sua projeção de atividades. Não dá para se pensar em definir qual vai ser a utilização de determinada área, se não temos em mão nenhum estudo, a respeito das particularidades do solo. Portanto, é imprescindível que os órgãos federais realizem imediatamente este plano provisório de ação, que por sinal já deveria ter sido feito nos últimos dois anos".

Os quatro grupos de trabalho que estão detalhando as propostas para o governo do Estado são encarregados de sintetizar as sugestões para as questões agrária, indígena, florestal e ambiental. Na questão agrária, estão envolvidos o Incra, a Seplan, Cepa e Embrapa. Discutindo a questão indígena ficaram a Funai, a Coordenadoria de Assuntos

Indígenas da Fundação Cultural, o Cimi e a Comissão Pró-Índio. Outro grupo formado pelo Laboratório Técnico de Madeira, Seplan, Incra e IBDF discute propostas voltadas para a questão florestal. E, finalmente, a questão do Meio Ambiente, por um grupo envolvendo o Imac, Ufac, Fundação Cultural, Sucam, Seduma e Inpa.

As propostas que o jornalista Marco Antonio Mendes, representante do Acre no PMACI, levou para o Grupo de Trabalho do Plano são especificamente dirigidas a cada um dos órgãos que fazem parte do PMACI. Ao IBDF, a proposta é que se faça um diagnóstico do setor florestal com inventário do potencial madeireiro e de produtos extrativistas, acompanhamento das alterações da cobertura florestal e rígida fiscalização na questão dos desmatamentos. A exigência é que o pessoal do PMACI Acre seja informado constantemente sobre os desmates que estão sendo feitos.

Para a Embrapa, as propostas apresentadas são de que a empresa realize pesquisas voltadas para as especificidades da região, sem interromper o trabalho que ela vem realizando. "Gostaríamos de saber um pouco mais sobre a seringueira, castanheira e diversos outros produtos extrativistas, e a Embrapa pode nos dar importante contribuição nesse sentido", disse Antonio Alves.

Da Secretaria Especial de Meio Ambiente e do IBDF, a exigência é que façam uma demarcação de reservas florestais nas cabeceiras dos rios, independentemente de haver possibilidade de extrativismo, porque são áreas de grande importância ecológica. A demarcação das áreas indígenas e a definição de áreas de proteção ambiental de várias espécies (reservas, parques, estações ecológicas, etc.) também são propostas apresentadas a Semana



As reservas indígenas, inclusive as dos Kampas devem ser demarcadas pela nova proposta acreana

**IBDF.**

A nível local, a proposta é que o governo do Estado realize um projeto inicial de reserva extrativista em uma das três áreas que já estão à disposição do Inca. A proposta é que o Estado se encarregue de coordenar uma série de atividades na área de assistência e estudos em torno de novas técnicas de extração, ampliação da quantidade de produtos extrativistas, reposição de espécies em extinção, aproveitamento racional da madeira e assim por diante. Seria uma espécie de aplicação da proposta de reserva apresentada recentemente pelo Conselho Nacional dos Seringueiros.

Sobre a questão da madeira que está sendo retirada indiscriminadamente do Estado, o grupo de trabalho propõe que o governo tome providências imediatas porque a devastação está muito grande. Uma das sugestões apresentadas é que o governo suspenda a retirada de madeira por 120 dias, até que uma solução mais madura seja encontrada.

Para Antônio Alves, o resultado das discussões foi muito bom porque, "pelo menos, muita coi-



Antônio Alves coordena os estudos no Acre

sa ficou mais clara para o pessoal que participou dos debates". Lá em Brasília, o grupo de trabalho do PMACI tratará de elaborar o plano inicial que será apresentado em breve ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de forma que o asfaltamento da BR-364 até Rio Branco não tenha seus recursos cortados.

# Documento do PMACI está pronto no DF

IEA — BIBLIOTECA
Fonte O.V.W. SPOLIO
Data... 16 / 10 / 89...
Cidade R.B. ....

**BRASÍLIA (ROMERITO AQUINO) —** Já está pronto na sede do Ipea em Brasília o documento final do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI), que se destina a proteger o Acre e parte de Rondônia e do Amazonas do avanço do capitalismo que virá para estas regiões com o asfaltamento da rodovia entre Porto Velho e Rio Branco.

Com um atraso de mais de seis meses, o documento do PMACI foi concluído e checado nos mínimos detalhes pelos vários órgãos dos ministérios que integram o grupo federal encarregado de apresentar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) as ações de proteção ao Meio Ambiente e às populações mais carentes que habitam as áreas de influência direta e indireta da rodovia BR-364.

Conversei esta semana com alguns dos técnicos do Ipea órgão da Seplan encarregado de coordenar o projeto, sobre os últimos detalhes do encaminhamento burocrático do documento preparado conjuntamente pelo IBDF, Secretaria Especial de Meio Ambiente, Embrapa, Funai e Incra. Não revelaram detalhes do documento final, mas informaram que ele já foi entregue aos secretários gerais dos ministérios envolvidos, encarregados de dar a aprovação final por parte do governo brasileiro. Esta aprovação deverá acontecer até o início da próxima semana, depois que o documento será entregue ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Segundo os técnicos do Ipea, o BID mandará um emissário no final da próxima semana em Brasília exclusivamente para receber cerimonialmente o documento das mãos do governo brasileiro. O governo do Acre, que participou das últimas reuniões do grupo do PMACI apresentando as propostas do Estado, deverá receber o documento nos próximos dias. Só não o recebeu ainda porque não está institucionalmente representado no grupo, mas o governador Flaviano Melo telefonou ontem para o superintendente do Ipea, Fábio de Cica, cobrando-o. Flaviano quer conhecer o documento e também ter o direito de fazer críticas a ele

## UM DOCUMENTO INCOMPLETO

A grande surpresa do documento final do PMACI fica por conta de um dos segmentos mais importantes de abrangência do programa: as Comunidades Indígenas. Segundo adiantaram os técnicos do Ipea, venceu a proposta do Conselho de Segurança Nacional, que simplesmente defendeu e viu vitoriosa sua intenção de simplesmente deixar de fora das ações do programa a esmagadora maioria das áreas indígenas situadas no raio de influência direta da BR-364. Isto significa que o PMACI não vai demarcar as áreas indígenas existentes ao longo do rio Purús, do rio Juruá e de todos os seus afluentes. São mais de 30 áreas indígenas que ficarão no compasso de espera para suas demarcações. O Conselho de Segurança Nacional, enebriado pelas últimas notícias sensacionalistas da imprensa brasileira, de que estaria havendo grande inter-

ferência estrangeira e ameaças à soberania brasileira na Amazônia (caso CIMI denunciado pelo jornal o Estado de São Paulo), resolveu não autorizar qualquer demarcação de área indígena situada próxima ou na própria fronteira do Brasil com outros países. Assim, as ações da Funai no documento final do PMACI passaram a ser insignificantes ou de mera figura decorativa.

Dos 10 milhões de dólares orçamentados para as ações do PMACI dentro do projeto global de pavimentação da BR-364, da ordem de 150 milhões de dólares, cerca de 1,4 milhões já foram gastos nas ações preliminares empreendidas pelos órgãos que fazem parte do programa. Restam, portanto, 8,6 milhões para tocar o programa até março de 1990. As propostas iniciais do INCRA, IBDF, SEMA, EMBRAPA, e FUNAI (que incluía a demarcação de todas as áreas indígenas orçavam em mais de 40 milhões de dólares e previam ações muito mais abrangentes e capazes de proteger o Meio Ambiente e as populações marginalizadas das mazelas que se espera com a pavimentação da rodovia. Todos estes órgãos tiveram que fazer

grandes cortes em seus orçamentos, adequando-os ao teto máximo estabelecido de 10 milhões de dólares. (Para o representante do governo do Acre junto ao PMACI, Marco Antonio Mendes, estes recursos são "de longe" muito insuficientes para executar todas as ações que devem se efetivar no Acre em termos de proteção ao Meio Ambiente e as populações marginalizadas. "Não vai ser com isso que iremos proteger o Meio Ambiente do Acre", assinalou Marco Antonio, após ressaltar que a necessidade de novos aportes de recursos nos próximos anos. Ele lembrou ainda a necessidade do Estado se adaptar estrutural e institucionalmente para fazer parte do PMACI. Na área de Meio Ambiente, por exemplo, deverá haver uma reformulação de papéis e funções entre os vários organismos estaduais ou até a extinção ou fusão de alguns deles. Afinal de contas, só no governo Flaviano Melo passaram a existir até agora nada menos que quatro órgãos que tem a ver com o Meio Ambiente, a Secretaria do Meio Ambiente, o Instituto do Meio Ambiente do Acre, a Fundação de Tecnologia e a Coordenadoria de Recursos Florestais do Estado, que está em fase de fundação. Isto sem contar com a atuação do órgão federal já existente na região, o IBDF, e com a possível instalação de uma delegacia da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em futuro próximo. É muito órgão e muita burocracia para mexer com o Meio Ambiente de um Estado como o Acre.

O documento final do PMACI se circunscribe a um calhamaço de 120 páginas, onde estão previstas todas as ações globais do programa a serem colocadas em prática nos três estados pelos próximos três anos. A partir de cada um dos órgãos federais envolvidos irá detalhar suas ações específicas e os meios e instrumentos necessários para a sua execução.

# Militares fazem pressão para inviabilizar PMACI

ANIBAL DINIZ

O Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas — PMACI, está correndo um sério risco de ser cancelado, e esta medida representa um grave perigo para o processo ocupacional do Estado, que ainda não está suficientemente preparado para receber as grandes levadas de migrantes que para cá virão a partir do momento em que a BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco estiver devidamente asfaltada. Esta foi a triste constatação feita pelo jornalista e economista Marco Antonio Salgado Mendes, que participou da última reunião do Grupo de Trabalho do PMACI, realizada dia 17 de agosto em Brasília.

De acordo com os informes passados pelo representante do Acre no GT-PMACI, Marco Antonio Mendes, numa reunião do grupo de detalhamento das propostas ambientais para o governo do Estado, na última sexta-feira, existem hoje diversos fatores que estão se somando para que o plano de proteção ambiental não seja executado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, tem recebido muitas pressões do Congresso e das entidades ambientalistas Norte-americanas, que o acusam de estar financiando a devastação desordenada no Terceiro Mundo, especificamente na Amazônia. O Banco, visando mais lavar seu sentimento de culpa do que salvar a natureza, condiciona a liberação da parte de recursos que lhe cabe para o asfaltamento da Rodovia 364 à adoção de medidas que visem a proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas pelo governo brasileiro. Daí a exigência de que o plano de ação para os próximos dez anos seja apresentado até o dia 14 de setembro, como uma forma de provar que o PMACI está sendo executado.

## PEDRAS NO CAMINHO

Longe de ser a influência de ecologistas brasileiros, europeus ou norte-americanos, é a própria incapacidade organizativa e a completa desarticulação dos órgãos federais que integram o PMACI (FUNAI, IBDF, INCRA, IPEA, SEMA e EMBRAPA) que têm causado o atraso na aplicação das medidas previstas no plano e ocasionando todos os danos. E o BID, como já foi dito, exige que algumas medidas iniciais sejam tomadas para que possa justificar a liberação dos



Marco Antônio: tentando evitar o colapso do PMACI

recursos para o asfaltamento da BR no Congresso Americano. As medidas do plano provisório do PMACI, que deveriam ter sido tomadas há quase dois anos, seriam a demarcação de todas as áreas indígenas do Acre, Rondônia e Sul do Amazonas que sofrerão o impacto direto do asfalto, e o estabelecimento das áreas destinadas às reservas extrativistas e florestais que garantirão a proteção do meio ambiente.

Só que, ao que parece, a orquestra do PMACI até agora tem sido composta de músicos surdos, e cada qual tem utilizado seu instrumento para tocar aquilo que lhe vem na telha. A prova é tanta que, no caso específico do Acre, a maioria das reservas indígenas (23 ao todo) está situada em áreas fronteiriças. A Funai pretende demarcar estas áreas e reconhecê-las, mas o Conselho de Segurança Nacional, levantando a bandeira da soberania e da defesa do território, diz que as áreas de fronteiras do Norte do País devem ser ocupadas de outra forma, porque não serão alguns grupos indígenas armados de arco e flecha que vão garantir a segurança territorial da Nação. É óbvio que, com este ponto de vista, o Conselho de Segurança Nacional fica cozinhando a banho-maria as propostas de demarcação de áreas indígenas do Acre, mesmo sabendo que esta é uma das exigências básicas feitas pelo Banco Financiador do empreendimento desenvolvimentista. Mas este não é o único exemplo de desarticulação e até incompatibilidade existente entre os órgãos. Basta ver a situação do IBDF, que tem se demonstrado ineficaz para a fiscalização florestal e a Embrapa, que se sente desamparada para realizar pesquisas específicas sobre as peculiaridades das árvores da região e muitos outros.

## COMO SAIR DO IMPASSE

A iniciativa do governo do Es-

tado do Acre em ter forçado a barra para fazer parte do Grupo de Trabalho do PMACI parece ter sido uma das decisões mais acertadas da administração Flaviano Melo até o momento. As propostas colhidas durante uma semana de reunião no auditório da Ufac-Centro foram apresentadas por Marco Antonio na reunião do GT-PMACI do dia 17, e depois foram debatidas demoradamente a cada um dos órgãos que constituem o plano para que todos eles tomassem consciência das suas atribuições na execução do Projeto. "Na reunião do Grupo de Trabalho, eu expus o que tínhamos levantado enquanto proposta para cada um dos órgãos", disse o representante do Acre, Marco Antonio, que não vê outra forma de salvar o PMACI (se é que isso ainda seja possível), senão a apresentação de propostas claras por parte do governo estadual. "Temos que fazer um documento crítico de todo o PMACI, onde todos os problemas existentes sejam apontados. Precisamos definir melhor o papel de cada órgão".

Talvez a maior das vitórias obtidas até agora tenha sido o fato de, finalmente, o Estado ter compreendido que um plano de proteção ambiental é indispensável no ordenamento das suas ações de governo, particularmente no que diz respeito à ocupação racional do seu território. "Se o PMACI for extinto, obviamente que as ações governamentais serão mais restritas", diz Marco Antonio, que acredita que, se o PMACI for bem executado, ele poderá inclusive abrir maiores possibilidades de aquisição de recursos no exterior para ser aplicado no desenvolvimento do Estado.

O Grupo de Trabalho do PMACI volta a se reunir novamente no próximo dia 31, quando serão apresentadas as propostas específicas de ação de cada um dos órgãos nos próximos dez anos. Estas propostas serão todas reunidas num único documento que deverá ser entregue ao BID no dia 14 de setembro. Daqui para lá, as pessoas de bom senso caberá forçar para que os órgãos se ajeitem e encaminhem de vez um plano prático de trabalho. Sendo, como disse o próprio governador há poucas dias, a BR-364 será construída do mesmo jeito, e o prejuízo será todo nosso se o Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas não estiver sendo aplicado.



# PMACI: IBDF fo

Brasília (Marco Antônio Mendes) — A transferência da coordenação geral do PMACI para a Secretaria de Meio-Ambiente (SEMA) — atribuição que atualmente compete ao IPEA — é improvável e problemática. Essa é a opinião de um dirigente de escritório de órgão federal no Acre, e que tem profundo conhecimento do Projeto de Proteção do Meio-Ambiente e das Comunidades Indígenas.

Segundo versão que circulou em Brasília nos últimos dias, a mudança de comando no PMACI teria sido sugerida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e teria por objetivo agilizar a execução do projeto, o qual vem encontrando obstáculos de diversas naturezas. Como se sabe, nos últimos meses foram grandes as pressões sobre o BID, no sentido de cancelar os empréstimos para a pavimentação da BR-364, porque as medidas voltadas à proteção ambiental não estão acompanhando o ritmo das obras.

Além do BID normalmente não ter ingerência sobre a coordenação e execução dos projetos que financiam, a mudança de comando no PMACI, que sairia da órbita do Ministério do Planejamento e passaria para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, poderia também trazer dificuldades adicionais no andamento do programa como um todo, na visão de um especialista em questões agrárias do Acre. Isto porque enquanto o Ministério do Planejamento dispõe de mecanismos de pressão sobre os órgãos executores do PMACI — no sentido de cumprirem as metas propostas — o mesmo não ocorreria com a

SEMA, órgão que possui atribuições muito específicas dentro da burocracia do setor público federal. Assim, na hierarquia federal não haveria razões para justificar a mudança, assim como existiriam outros impedimentos, pois o próprio BID teria exigido, quando da contratação do empréstimo, que os recursos liberados fossem controlados pelo Ministério do Planejamento.

Segundo informações de pessoas que tiveram acesso ao relatório de acompanhamento da execução do PMACI — encaminhado ao BID no final do mês de maio — está claro que os atrasos não se devem a problemas de coordenação do programa.

Assim, por exemplo, a Funai e o IBDF são talvez os órgãos que menos cumpriram os objetivos propostos, nos prazos previstos.

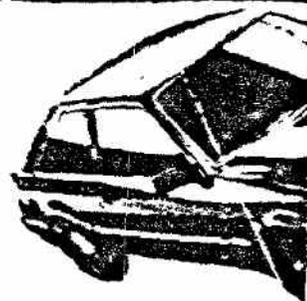
Da parte da Funai, dentre as razões alegadas para os atrasos mencionam-se a perda de poder do órgão em relação à demarcação de áreas indígenas, o aumento da burocracia interna desde a implantação do processo de descentralização, a falta de ações conjuntas com a SEMA, IBDF e INCRA e, finalmente, pela indefinição do governo brasileiro em relação às áreas indígenas contíguas, bem como às áreas localizadas próximas aos centros urbanos e às fronteiras do país.

Por seu lado, o IBDF é caracterizado pela quase absoluta falta de realizações concretas em relação ao PMACI, o que é atribuído à escassez de pessoal técnico qualificado, mas também à ausência de agilidade administrativa (a nível local e nacional) e à não delegação de atribuições

legais ao Governo do Estado. Os problemas com o desempenho do IBDF são tanto mais graves pois se reconhece que este ano o órgão não deverá recuperar o tempo perdido no ano passado, o que só irá agravar a situação. Mencione-se ainda que o IBDF utilizou uma parcela ínfima dos recursos liberados pelo PMACI, com o que o Brasil é obrigado a pagar ao BID, em dólar, uma taxa de comissão.

Ao reconhecer, de modo geral, o baixo desempenho dos órgãos responsáveis pelo PMACI, no que diz respeito à utilização racional dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente, o relatório encaminhado ao BID aponta os problemas decorrentes do avanço desordenado de migrantes sobre a região e das taxas crescentes de desmatamento. Assim, por exemplo, a não criação de unidade de conservação, nesta primeira fase do PMACI, poderá dificultar no futuro a realização desse objetivo. Com isto, é possível prever a continuação das pressões que terminam com a expulsão das comunidades tradicionais da floresta, particularmente os seringueiros e castanheiros. Mais grave ainda, teme-se que o atraso na conclusão dos estudos preliminares implique posteriormente na aprovação de um plano de ação definitivo para uma realidade que então já estará superada em toda a região compreendida pelo PMACI — uma área de aproximadamente 500 mil quilômetros quadrados onde além do Acre estão compreendidas partes dos estados de Rondônia e Amazonas. Também é mencionado o desgaste — interno e externo — resultante

**A KAPITAL lançou a promoção que você tanto esperava.**



# ... o que menos fez

do não cumprimento das metas, pois além do contrato com o BID, a programação do PMACI foi discutida diretamente com os grupos representativos da comunidade local.

Ao lado de fatores específicos a cada órgão envolvido no projeto, existiriam outras causas para justificar os atrasos, salientando-se os problemas decorrentes de descontinuidade administrativa, a demora para assinatura de convênios, a morosidade na liberação dos recursos e na prestação de contas pelos órgãos executores, o não detalhamento do plano de aplicação de recursos, e o precário sistema de acompanhamento das atividades desenvolvidas.

Tendo em vista esse quadro, o relatório chega a prever a necessidade de se avaliar a pertinência da própria continuidade do PMACI. Como alternativa, propõe que o Governo Federal assumira "efetivamente" a política de defesa e proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas, sugerindo uma série de medidas a serem adotadas de imediato. Dentre elas está a capacitação dos órgãos executores, dotando-os de pessoal técnico e de equipamentos. Mais importante, porém, é a defesa de critérios políticos a serem adotados na delimitação dos territórios indígenas e reservas florestais, assim como a criação de condições para o exercício da fiscalização, controle do desmatamento e da ocupação clandestina do território. Além da necessidade de se liberar os recursos em tempo hábil — tendo em vista as características climáticas da região, onde algumas atividades só podem ser desenvolvidas duran-

te o período de estiagem — sugere-se que o PMACI seja institucionalizado, de modo a torná-lo menos vulnerável a mudanças político-administrativas.

## ANGÚSTIA

Para quem vive no Acre e acompanha de perto tanto a intensificação do fluxo migratório para o estado, como a morosidade com que são desenvolvidas as ações voltadas para o meio ambiente, as questões ligadas ao PMACI chegam a ser angustiantes.

Como o Governo do Estado vai enfrentar o problema da migração é o primeiro problema que se coloca. Sem recursos financeiros, sem terras disponíveis (o Acre é, em grande parte, propriedade de particulares e muito poucas são as terras que pertencem à União) e sem infraestrutura urbana para receber um grande contingente de pessoas, é possível prever um quadro ainda mais caótico para o futuro, onde sobressaem os conflitos sociais graves.

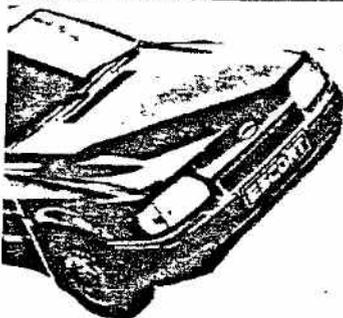
A concretização de medidas voltadas para os seringueiros é um exemplo das dificuldades que o PMACI teria para apoiar um dos mais expressivos segmentos em termos de preservação ambiental. Assim, a criação de reservas extrativistas, caso venham a ser viabilizadas implicaria na necessidade de grandes desapropriações de terras, se for para atender um número significativo de trabalhadores. Por outro lado, não se pode esquecer a importância de se desenvolver ações integradas sobretudo no que diz respeito à comercialização, abastecimento, saúde e educação para os seringueiros, pois caso contrário a

simples criação de reservas extrativistas não deverá alterar o quadro precário a que atualmente estão submetidos aqueles que sobrevivem do extrativismo.

O ideal seria que o PMACI financiasse um projeto de desenvolvimento a longo prazo para o Acre. Mas a velocidade das transformações econômico-sociais da região pode ser maior que o tempo necessário para se conceber tal plano. De todos modos, segundo um observador atento às questões acreanas, o mais importante neste momento é criar condições para agilizar medidas de proteção ambiental.

Do seu ponto de vista é preferível decidir e implementar, de imediato, ações que permitam a proteção, mesmo correndo o risco de algumas delas terem de ser revistas por não serem fundamentadas em detalhes (e não raro intermináveis) levantamentos e estudos técnicos.

Contra essa opinião, porém existe o peso da máquina burocrática do Governo Federal. Com as suas mil e uma ramificações, aliada à disputa entre órgãos, e às frequentes mudanças de orientação política fica difícil levar adiante um projeto como o PMACI, cuja filosofia básica é justamente o trabalho integrado entre os diferentes setores da administração. Enquanto persistir a luta pelo poder, enquanto não houver perfeita identidade de propósitos entre os órgãos, e enquanto interesses de grupos divergentes não forem clara e devidamente acomodados, pouco se poderá fazer pelo Acre. Mesmo que haja recursos e mesmo que muita gente seja bem intencionada e trabalhe arduamente



**Agora você compra seu ESCORT OKM, com uma entrada + 3 prestações sem juros sem burocracia. Se preferir à vista, seu desconto será super especial.**

**AV. NAÇÕES UNIDAS, 1314 — FONES: 224-4012 e 224-3355.**



Kapital  
Maquinas e Veiculos Ltda.



KAPITAL

# Que (des)governo é este?

GAZETA DO ACRE - 24.2.87

## Conselho Indigenista Missionário

Tanto já se falou do asfaltamento da BR-364, do PMACI, das demarcações das áreas indígenas, mas parece que poucos sabem exatamente o que está acontecendo.

O Plano de Proteção ao Meio-Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI) parece uma piada. Um volume de recursos da ordem de US\$ 4 milhões foi financiado pelos Bancos Internacionais para estudos e demarcações de áreas indígenas no Acre e sul do Amazonas, enquanto o próprio Governo se responsabilizou pela execução através de acordos assinados e pela coordenação dos trabalhos a cargo da S<sup>o</sup>PLAN - Secretaria de Planejamento. Estes financiamentos estão sendo aos poucos repassados para os órgãos competentes realizarem os trabalhos previstos no PMACI, ou seja, FUNAI, INCRA, IBDF, EMBRAPA, SEMA. Mas os mesmos órgãos não apresentam um mínimo de organização e planejamento em conjunto. Como é o caso da EMBRAPA e IBDF, que gastaram recursos em torno de Cz\$ 1,36 milhões para fazerem os mesmos estudos sobre Meio-Ambiente. A FUNAI faz identificação de áreas indígenas e levantamentos fundiários, onde o INCRA deveria fornecer os dados da situação fundiária. Acontece que o mesmo INCRA informa que irá fazer posteriormente tais levantamentos para o PMACI, quando ninguém sabe. Só um exemplo: a área indígena Alto Purus, dos povos Kulina e Kaxinauá, foi identificada em 1984 e em maio de 1986 foi realizado o levantamento fundiário, faltando é claro os dados do INCRA para posterior encaminhamento ao Grupo Interministerial que aprova a área e encaminha o decreto de demarcação ao Presidente da República.

Porque esta demora toda? Há outros interesses fortes em jogo? Sabemos que o Sr. Mário Junqueira, sócio de uma empresa paulista e vice-presidente da Associação dos Criadores de Nelore no Brasil, afirma ter terras no alto Purus e quer, claramente, expulsar os índios colocando-os em outras áreas que não atrapalhem seus interesses, segundo notícia publicada na Gazeta do Acre em 16/1/87. Existe também o fato de esta área se encontrar na faixa de fronteira definida pelo Conselho de Segurança Nacional, o qual conforme declarações de seu secretário, General Bayma Denis, não pretende demarcar áreas indígenas incidentes naquela faixa, mesmo sabendo da ilegalidade deste proceder.

A FUNAI, por sua vez, que tem a responsabilidade de garantir a proteção dos índios, através de seu presidente, Romero Jucá, informou que demarcou 50 áreas em 1986 e com o PMACI irá demarcar até 1988 todas as áreas indígenas do Acre. Ora, destas 50 áreas o Sr. Jucá esqueceu de dizer que cerca de 16 receberam o decreto no tempo de SPI (1910-1967), o que aconteceu foi o reavivamento dos limites; do restante, a grande maioria ainda não foi efetivamente demarcada. Acrescentamos ainda que destas 50, aproximadamente 80% delas não tem concluída a regularização fundiária. E das 17 áreas previstas para demar-

cação em 86, pelo PMACI, só uma foi feita. Estas atitudes são contundentes. De fato, o Governo Federal (Presidente Sarney e Conselho de Segurança Nacional) não pretende mais demarcar as áreas indígenas em faixa de fronteira ao arrepio da lei que protege os índios. Lembramos que se for considerado os limites de faixa de fronteira em 150 Km, a maior parte do Acre estaria nesta faixa.

Existe na legislação brasileira uma figura jurídica - a colônia agrícola - que, segundo o Governo, seria "uma figura compatível com a fronteira, onde brancos e índios conviveriam de forma pacífica e harmoniosa". Para isso é necessário que haja uma nova lei (que está sendo já elaborada!) que regulamente os novos critérios de definição de área indígena, critérios estes que o Governo quer impor às comunidades indígenas alegando a necessidade de garantir a integridade do território brasileiro.

Ora, garantir estas terras para quem? Para grupos econômicos internacionais e nacionais com interesses privados, como mineradoras (Paranapanema, Guldamazon etc.), madeireiras (Céu Azul no rio Envira, Serraria Amazonas etc), colonizadoras, construtoras e latifundiários (Grupo Atalla, Atlântica Boa Vista, Bradesco, etc).

Um exemplo desta situação no Acre é a Empresa Céu Azul, madeireira da Família Badotti, no rio Envira retirando madeira também das áreas indígenas (Kulina, Kaxinauá e Kampa), inclusive com um intermediário que era Chefe de Posto da FUNAI, Sr. Mauro, afastado por este motivo, mas que no momento voltou para a área enviado pela própria FUNAI. Até o momento nenhum órgão competente tomou medidas, tanto com as derrubadas quanto com o uso da mão de obra indígena e exploração de suas áreas.

O Governo estadual tanto tem falado em assumir ou fiscalizar as ações do Governo Federal, no que se refere à política florestal, indigenista, energética, agrária, da borracha, etc., mas foi o próprio Governo que não deu nenhum tipo de apoio:

— a índios e seringueiros quando da reivindicação do aumento do preço da borracha e de uma nova política extrativista que satisfaça às necessidades deles;

— à reivindicação da lei que defende as seringueiras.

Além disso, este Governo abriu-se a grupos econômicos de fora (p.ex. Mendes Júnior) para construções de estradas, como a Transacreatina, planejada sem estudos criteriosos e que cortará pelo menos seis áreas indígenas.

Este Governo estadual realmente merece confiança e pode gerir recursos para proteção de meio-ambiente e comunidades indígenas tanto quanto o Governo Federal? Os fatos elencados sugerem que ambas as instâncias são suspeitas.

Somente a pressão dos Povos Indígenas e dos Seringueiros organizados juntamente com entidades de apoio e a população afetada por este tipo de desenvolvimento, conseguiram derrubar o lobby dos grupos econômicos, militares, e esta política oficial que tem objetivos nada sociais, mas de destruição e extermínio dos povos da floresta. E então, para quem servem? Que (des)governo é este?

# Para entender o PMACI

Em novembro do ano passado, preocupado com os rumos tomados pelo PMACI (Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas), hoje no centro das discussões que se travam em torno do asfaltamento da BR-364, o então secretário de Planejamento, economista Mário Lima, elaborou um parecer e o enviou à então Governadora do Estado. Vale a pena reproduzir o documento para melhores esclarecimentos sobre a questão.

Procedemos um exame da "programação Operacional" - PMACI proposta pelo INCRA e constituída pelos segmentos:

I) Regularização Fundiária (discriminação de terras, áreas indígenas);

II) Assentamento de Trabalhadores Rurais (famílias a serem transferidas das áreas indígenas);

III) Sistematização dos Estudos Básicos da Estrutura Fundiária Regional;

IV) Regularização Fundiária (área p/preservação dos recursos naturais e implementação projeto seringueiro).

Os segmentos I) e II) estão intimamente relacionados constituindo-se dois movimentos integrados por um único objetivo mais geral.

O terceiro segmento corresponde a uma área de abrangência geral em relação ao campo de atuação do INCRA.

O quarto segmento corresponde a um conjunto articulado de objetivos das mais diferentes características e envolvendo questões, tais como a ambiental, a produtiva, etc. que, em muito, ultrapassam as dimensões operativas do órgão proponente.

Por oportuno, torna-se necessário que se tenha em mente que a análise da proposta tem como fundo a predisposição do Governo do Estado do Acre, já reiteradamente colocada em diversas oportunidades por esta Secretaria, de redefinir a sua participação nas dimensões deliberativa e operacional do GT-PMACI. Nesta perspectiva convém ressaltar que a proposta constitutiva do GT é entendida, em última instância, desde a perspectiva operacional da administração pública estadual, como um espaço privilegiado de cooperação das diversas esferas de governo. Daí que a redefinição do papel do Governo do Estado deverá se encaminhar no sentido de propiciar um atuação onde cada segmento operacional se posicione como complemento dos demais. Por certo que tal prática haverá de contribuir com a formação da capacidade técnica buscada pelo Estado para se desencubir de suas funções institucionais.

Ao antecipar-se ao desenvolvimento das ações de levantamento dos recursos naturais ou de qualquer outro segmento de estudos programados, a proposta de intervenção do INCRA, para uma realidade ainda muito pouco conhecida como é o caso da Amazonia acreana, entra em rota de colisão com os objetivos centrais do PMACI. Isto principalmente quanto a questão ambiental. A definição de uma área de RESERVA EXTRATIVISTA deverá atender não apenas, ou simplesmente, os interesses imediatos de sobrevivência de um grupo humano, mas, de viabilizar a atividade produtiva de tal grupo num contexto produtivo capaz de levar em conta as questões ambientais. No caso específico da atividade extrativista gumífera a base geradora de renda e emprego esta embriçada num contexto de exarcebação da questão ambiental e daí a sua emergência como área de intervenção governamental. Isto entretanto exige a definição de propostas alternativas o que corresponde a superação dos modelos convencionais de ocupação espacial bem como de sistemas de produção.

Por outro lado, todos os segmentos mencionados na proposta têm como características básicas o fato de repercutirem sobre as estruturas da administração pública esta-

dual, seja no momento da sua implementação, seja após a estruturação do segmento. Convém observar que a montagem de uma infraestrutura física de prestação de serviços públicos cobra uma contra-partida estadual destinada a manutenção.

O INCRA avoca a si a definição da montagem desta infraestrutura, assim como a definição das áreas a serem ocupadas pelos projetos de assentamento e a dimensão de cada projeto. O ônus sócio-político destes assentamentos são, entretanto, repassados para o Governo do Estado.

É nossa opinião que um programa de largo espectro, como é o caso do Projeto Seringueiro, deve ser objeto de uma ação envolvendo além das diversas esferas de governo - a federal, a estadual e a municipal - e também increcer um tratamento multidisciplinar, tanto na sua montagem quanto na sua implementação. O necessário é o reconhecimento que se põe em jogo não apenas situações de operação da máquina administrativa, é dizer, não é apenas uma questão de eficiência da administração pública. Trata-se de questão que afeta, diretamente, qualidade de vida das populações locais, na medida que são processos que resultam na desestruturação do seu modo de vida quase sempre resultando na passagem para condições de níveis inferiores.

Compreende o Governo do Estado do Acre que a implementação de ações de intervenção na área dos seringais envolvendo iniciativas de promoção do Seringueiro integradas a propositos de resguardar o meio ambiente de atividades predatórias corresponde a um campo de elevada complexidade não restrito a esfera fechada de um único órgão. Trata-se, na verdade, de uma dimensão que exige a definição de campos experimentais e da proposição de modelos e técnicas alternativas em qualquer das áreas de atuação (educação, saúde, produção, transporte, etc.)

Por outro lado, a questão ambiental deve ser compreendida além da sua perspectiva técnico-científica para posicionar-se ao lado das demandas sociais integradas ao próprio agir político das comunidades locais. O não reconhecimento deste aspecto, por certo, poderá por em risco qualquer tentativa de desenvolvimento das medidas propostas.

Isto posto, a Secretaria de Planejamento propõe:

1) Formação de um grupo gerencial operativo para a implementação do programa Seringueiro integrado pelos segmentos.

a) regularização fundiária

b) educação

c) saúde

d) produção (devendo este segmento integrar o conjunto das necessidades de proteção ambiental);

2) integração das diversas esferas de governo no plano de um grupo gerencial de nível superior;

3) o Governo do Estado tem interesse de integrar os diversos segmentos através de seus órgãos especializados. Cabendo à Secretaria de Planejamento o envolvimento nas tarefas de coordenação no plano interno do estado;

4) a definição das ações a serem desenvolvidas devem submeter-se aos resultados dos estudos em desenvolvimento na esfera do PMACI. Estes estudos devem definir suas prioridades procurando, na medida do possível, atender as necessidades dos programas propostos;

5) o Governo do Estado solicita que a Coordenação do PMACI convoque uma reunião de seus integrantes para que as propostas do estado sobre o documento do INCRA, fossem apreciadas.

MÁRIO JOSÉ DE LIMA  
Secretário de Planejamento e Coordenação

# Um seringueiro do Acre na reunião anual do BID

Mary Helena Allegratti (\*)

Convocado por organizações ambientalistas norte-americanas, o seringueiro Francisco Mendes



Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, viajou aos Estados Unidos para manter contatos com diretores executivos e técnicos do BID, a respeito de um projeto que o banco está financiando naquela região. Trata-se de um empréstimo de US\$ 58,5 milhões, assinado em 14 de março de 1985, para pavimentar 502 quilômetros da BR-364 no trecho Porto Velho—Rio Branco e para implementar medidas de proteção ao meio ambiente e demarcação de terras indígenas na área de influência da rodovia.

Condição prévia ao primeiro desembolso foi a criação de um grupo de trabalho coordenado pelo IPEA e composto pela SEMA, pela Funai, pela Embrapa e pelo INCRA, e a elaboração de um plano de ação, o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), aprovado em maio de 1986. Dois anos após a assinatura do contrato de empréstimo, a estrada já está quase concluída e nenhuma medida concreta de proteção ao meio ambiente foi tomada. Com a valorização da terra cresce a pressão sobre a floresta ocupada pelos seringueiros e intensificam-se os desmatamentos.

Há um público atento, nos Estados Unidos, para ouvir críticas e propostas relativas aos efeitos sobre o meio ambiente provenientes dos financiamentos multilaterais. E nesse contexto que as observações de um seringueiro da Amazônia podem repercutir sobre o andamento de um projeto financiado pelo BID, no Brasil.

Exigências como as desse projeto têm sido constantes, nos últimos anos, por parte do BIRD e do BID. Não se trata de uma postura ecológica das instituições financeiras internacionais mas do resultado de uma intensa campanha iniciada em 1983 por ambientalistas americanos contra os efeitos desastrosos do Polonoroeste, em Rondônia, financiado pelo BIRD.

Os dados são incisivos. Quando teve início a pavimentação da BR-364 no trecho Cuiabá—Porto Velho, em 1982, Rondônia tinha 4% de seu território desmatado (10 mil quilômetros quadrados), taxa semelhante à do Acre hoje (3,6% ou 5,4 mil quilômetros quadrados). Em 1985, ou seja, três anos após, essa taxa elevou-se para 11%, abrangendo 27 mil quilômetros quadrados. Neste ano entraram no estado 200 mil migrantes.

A campanha tem como objetivo uma revisão da política de financiamentos e da inclusão de critérios ambientais e sociais na avaliação de um investimento. Resultou desse trabalho a aprovação, em dezembro de 1985, da Resolução Conjunta da Câmara 465, que orienta a política americana. Entre outras determinações, devem ser priorizados projetos de pequena escala, com tecnologias apropriadas e auto-sustentáveis, e organizações não governamentais dos países tomadores de empréstimos devem parti-

cipar das negociações com os bancos.

A pressão já produziu resultados concretos e se refletiu no voto americano para os empréstimos ao Brasil. No caso do asfaltamento desse trecho da BR-364 para o Acre, o voto contrário do representante americano cortou em US\$ 14,5 milhões o valor total do financiamento. Como parte dessa pressão, recursos para o Polonoroeste foram suspensos em 1985 e somente liberados após a criação da Reserva Indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia.

Não se trata de intervenção externa sobre as decisões brasileiras, mas sim da posição assumida por contribuintes americanos que não concordam com a política de empréstimos feita por seu país, em várias partes do mundo.

Da mesma forma como as críticas têm surtido efeito, também vem sendo bem aceita a proposta apresentada pelos seringueiros para evitar que se repita o mesmo quadro em outras áreas da Amazônia. Eles propõem a criação de re-

servas extrativistas — unidades de conservação implantadas nas áreas ocupadas por grupos sociais que têm sua sobrevivência dependente da utilização de produtos nativos da floresta e nelas realizam uma exploração ecologicamente sustentada. Foi para explicar essa proposta ao BID e às organizações ambientalistas que Francisco Mendes viajou aos Estados Unidos.

Formulada de maneira criativa e genuína pelos seringueiros, a idéia foi apresentada ao governo brasileiro em várias ocasiões, desde outubro de 1985, quando foi realizado o primeiro Encontro Nacional e criado o Conselho Nacional dos Seringueiros. Desde então, preocupação especial tem havido com relação à BR-364, região prioritária para criação de reservas extrativistas na Amazônia. Os desmatamentos na área de influência da estrada têm sido constantes nos últimos anos. Em 1986, somente no município de Xapuri, o IBDF autorizou o desmatamento de mais de 5.000 hectares, nem sempre utilizados produtivamente.

Vistoria realizada em dezembro de 1986 pelo IBDF em 700 hectares de área desmatada refere-se à formação de capoeira em todo o perímetro, pequeno plantio de arroz e pastagem artificial...

Mesmo tendo sido comunicado, inúmeras vezes, sobre as consequências ambientais e sociais decorrentes desses desmatamentos e ciente das propostas dos seringueiros na área de influência da estrada, somente em fevereiro deste ano o IPEA criou um grupo de trabalho para encaminhar a questão, dentro de três meses. Isso é claramente insuficiente e ineficaz.

Os relatórios de 1986 apresentados pelos órgãos envolvidos com o PMACI são desalentadores. O IBDF diz claramente que desenvolveu atividades de rotina, não voltadas para os objetivos do PMACI, embora tenha utilizado recursos provenientes do empréstimo. A Funai, com uma programação de demarcar 16 áreas, iniciou os trabalhos em 7; e de 23 áreas que pretendia regularizar, encaminhou 6. A

SEMA realizou uma ação concreta: a criação do Instituto do Meio Ambiente do Acre, que está à espera de recursos para poder funcionar. O governo do Acre, que deveria ser o principal protagonista desse programa, não participa das decisões.

Na área de influência da estrada, 33.702 famílias estão envolvidas com o extrativismo da borracha, respondendo por uma produção de 13.452 toneladas, ou seja, 41% da produção de borracha natural do País. A migração para o Acre já começou. Entram hoje, no estado, cinco famílias por dia, 80% provenientes de Rondônia. A criação de reservas extrativistas na área de influência da estrada é a única forma de garantir a continuidade das atividades econômicas, evitar conflitos entre imigrantes e população local, frear a especulação fundiária e os desmatamentos.

São razões suficientes para o BID escutar os seringueiros.

(\*) Antropóloga, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, de Curitiba (PR).